

PANORAMA DA EDUCAÇÃO
DESTAQUES DO *EDUCATION*
***AT A GLANCE* 2018**

**DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS
EDUCACIONAIS
DEED**




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | MEC

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS
EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA | INEP

DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS | DEED



**PANORAMA
DA EDUCAÇÃO**
Destaques do *Education*
at a Glance 2018

BRASÍLIA-DF
SETEMBRO/2018

DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS (DEED)

EQUIPE TÉCNICA

Carlos Eduardo Moreno Sampaio
Fábio Pereira Bravin
Camila Neves Souto
Carlos Augusto dos Santos Almeida
Christyne Carvalho da Silva
Juliana Marques da Silva
Rachel Pereira Rabelo

COORDENAÇÃO DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

REVISÃO

Andréa Silveira de Alcântara

DIAGRAMAÇÃO E ARTE-FINAL

José Miguel dos Santos

EDITORIA

Inep/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
SIG Quadra 4, Lote 327, Edifício Villa Lobos, Térreo – Brasília-DF – CEP: 70610-908
Fones: (61) 2022-3070, 2022-3077 – editoracao@inep.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Panorama da Educação: destaques do Education at a Glance 2018. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Diretoria de Estatísticas Educacionais, 2018.
24 p. : tab.

ISBN 978-85-7863-063-8

1. Panorama da Educação. 2. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. I. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
CAPÍTULO A - OS RESULTADOS EDUCACIONAIS E O IMPACTO DA APRENDIZAGEM	7
Nível educacional da população adulta	7
Efeito da escolarização no mercado de trabalho.....	8
Escolarização e desigualdade de renda	9
CAPÍTULO B - ACESSO À EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E PROGRESSÃO.....	11
Jovens na escola	11
Educação profissional	12
Estudantes acima da idade recomendada	12
Perfil do aluno dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio	12
Gasto com a pré-escola em relação ao PIB	13
Variação na razão aluno-equipe escolar (professores e auxiliares) entre os países	14
Perfil do concluinte do ensino médio, por modalidade de ensino.....	14
Perfil do concluinte do ensino médio, por área de estudo.....	15
Taxa de conclusão do ensino médio antes dos 25 anos	15
CAPÍTULO C - RECURSOS FINANCEIROS INVESTIDOS NA EDUCAÇÃO	17
Gasto por aluno nas instituições educacionais relacionadas ao PIB <i>per capita</i>	17

Mudanças no gasto público total em educação como percentual do gasto total do governo (2005-2015)	18
Distribuição dos recursos públicos para a educação	18
Fontes de financiamento público investido em educação	19

CAPÍTULO D - PROFESSORES, AMBIENTE DE APRENDIZAGEM E ORGANIZAÇÃO

DAS ESCOLAS.....	21
Tamanho médio das turmas nos anos iniciais do EF, por tipo de instituição	21
Proporção de alunos por professor nos sistemas educacionais	21
Salários de professores e suas desigualdades em nível subnacional	23
Tomada de decisão no ambiente escolar.....	23



APRESENTAÇÃO

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por meio do *Panorama da Educação*, apresenta e comenta os destaques da publicação anual *Education at a Glance 2018*, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com dados do Brasil e de mais 40 países.

A referida publicação tem como objetivo oferecer uma visão geral dos sistemas educacionais desses países e possibilitar a comparação internacional.

Seguindo o mesmo formato do relatório da OCDE, ao longo de quatro capítulos, o *Panorama da Educação* reúne alguns destaques do Brasil em perspectiva comparada: o Capítulo A aborda os resultados das instituições educacionais e o impacto da aprendizagem; o Capítulo B traz informações sobre o acesso à educação, a participação e a progressão; o Capítulo C apresenta os recursos financeiros investidos na educação e, por fim, o Capítulo D discorre sobre os professores, o ambiente de aprendizagem e a organização das escolas.

A maioria dos dados educacionais discutidos neste documento se referem ao ano de 2016 (para alguns países da OCDE, 2015) e os dados financeiros são relativos a 2015.

A publicação *Education at a Glance 2018*, assim como os gráficos podem ser obtidos no endereço: <www.oecd.org/edu/eag.htm> .

CAPÍTULO A

Os resultados educacionais e o impacto da aprendizagem



NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO ADULTA

Na maioria dos países membros e parceiros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre os jovens de 25 a 34 anos de idade, a proporção daqueles sem o ensino médio concluído é maior para os homens do que para as mulheres. A disparidade de gênero é geralmente maior em países onde há grande parcela de jovens sem o ensino médio. Por exemplo, a diferença de gênero é acima de 5 pontos percentuais (p.p.) em países como Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Dinamarca, Estônia, Islândia, Índia, Itália, Letônia, Portugal, África do Sul e Espanha. Nesses países, a porcentagem de jovens não concluintes do ensino médio é 15% acima da média dos países da OCDE. No Brasil, a proporção de jovens não concluintes de ensino médio é de 36%, sendo 41% para os homens e 32% para as mulheres (Gráfico 1).

Quanto ao ensino superior, o Brasil junto com Canadá, Alemanha, Rússia, Turquia e Estados Unidos são os países em que o percentual da população de 25 a 34 anos, com esse nível de escolaridade, é mais que o dobro quando se comparam as regiões subnacionais de maior e menor participação. Em contrapartida, Irlanda e Eslovênia são os dois países que apresentam menor variação entre as regiões subnacionais.

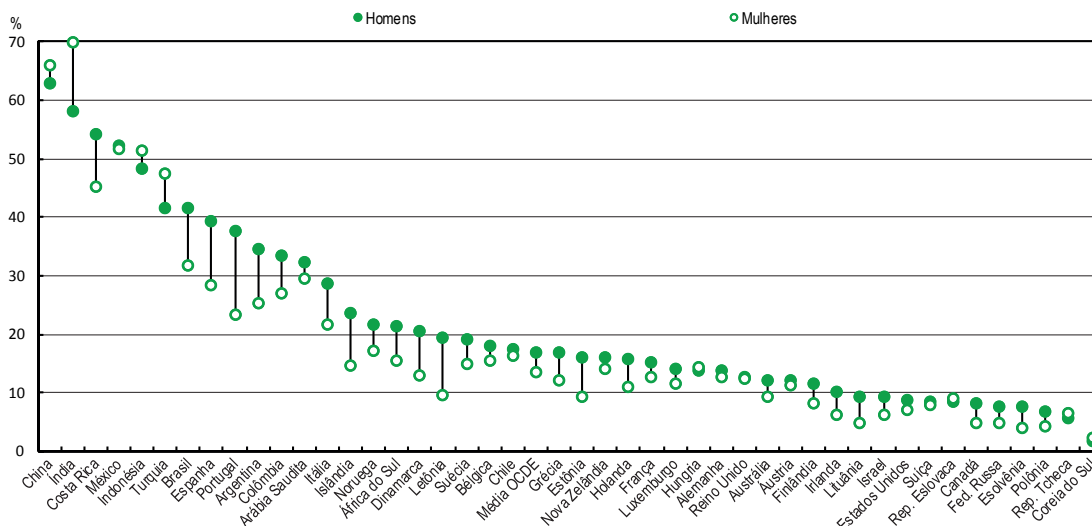


GRÁFICO 1 Percentual de jovens de 25 a 34 anos de idade não concluintes do ensino médio, por gênero (2017)

Notas:

1. O ano de referência difere de 2017.
2. Os dados devem ser utilizados com cautela.
3. Os países estão ranqueados em ordem decrescente do total de porcentagem da população de 25 a 34 anos sem conclusão do ensino médio.

Fonte: OCDE (2018), Tabela A1.2. Consultar a seção de Fontes para mais informações e o Anexo 3 para notas (www.oecd.org/education/education-at-a-glance-19991487.htm).

EFEITO DA ESCOLARIZAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Em todos os países membros e parceiros da OCDE, os jovens adultos (25 a 34 anos) apresentam nível de escolaridade maior do que seus pares mais velhos. Essa mudança geracional tem impacto no mercado de trabalho para os mais escolarizados. Na média dos países da OCDE, 81% dos jovens de 25 a 34 anos de idade que possuem pelo menos o ensino médio estão empregados. Por outro lado, para os jovens sem o ensino médio, a taxa de emprego é de 60%.

Em países como Brasil, Argentina, Chile, França, Indonésia, Irlanda, Israel, Coreia do Sul, Letônia, Lituânia, México, Polônia, África do Sul, Turquia e Estados Unidos, os jovens com o ensino superior têm vantagem de 10 pontos percentuais ou mais na taxa de emprego, em comparação com jovens que possuem somente o ensino médio. O Brasil apresenta taxa de emprego de 86% para os jovens com ensino superior e 68% para aqueles com ensino médio.

Disparidades por gênero, nas taxas de emprego, diminuem à medida que a escolaridade aumenta. Na média dos países da OCDE, a diferença entre homens e mulheres na população jovem de 25 a 34 anos de idade não concluintes do ensino médio é de 25 pontos percentuais nas taxas de emprego (71% para homens e 45% para mulheres). A diferença reduz para 16 pontos percentuais entre jovens concluintes do ensino médio (84% para homens e 68% para mulheres) e 8 pontos percentuais para os concluintes do ensino superior (89% para homens e 80% para mulheres).

No Brasil, as taxas de emprego, para jovens sem o ensino médio, são de 83% para os homens e 50% para as mulheres. A diferença por gênero na taxa de emprego reduz à medida que aumenta a escolaridade. As taxas para os concluintes do ensino médio são de 86% para os homens e de 64% para as mulheres e, para os jovens concluintes do ensino superior, são de 91% para os homens e de 83% para as mulheres. As diferenças nas taxas são de 33, 22 e 8 pontos percentuais para os jovens não concluintes do ensino médio, os concluintes do ensino médio e os concluintes do ensino superior, respectivamente.

ESCOLARIZAÇÃO E DESIGUALDADE DE RENDA

Países em que a maioria da população possui alta escolaridade tendem a desfrutar de menor desigualdade de renda. Assim, essa desigualdade é maior em países com grande proporção de pessoas sem o ensino médio, como ocorre, por exemplo, no Brasil, na Costa Rica e no México. Embora o Gráfico 2 sugira uma relação linear forte, essa relação seria enfraquecida caso Brasil e Costa Rica, países com as maiores desigualdades de renda, fossem removidos da análise.

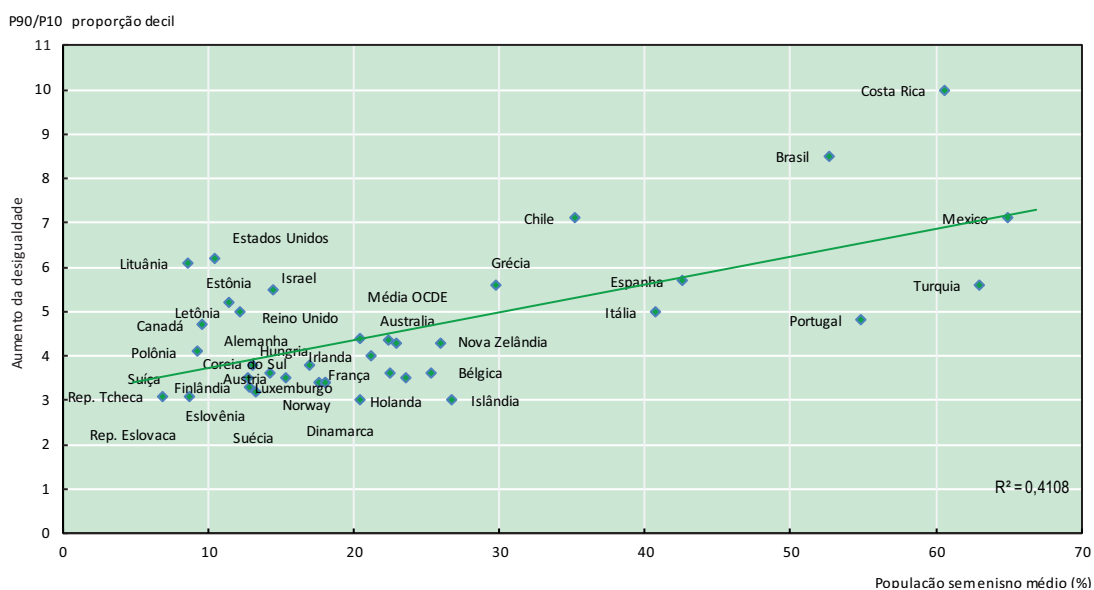


GRÁFICO 2 Percentual da população de 25 a 64 anos sem ensino médio, por desigualdade de renda (2015)

Nota: A razão decil P90/P10 é a relação entre o valor do limite superior do nono decil (isto é, os 10% das pessoas com maior rendimento) e o valor do limite superior do primeiro decil. A distribuição de renda é medida em relação à renda disponível da população com idade entre 18 e 65 anos.

1. Ano de referência: 2014.

Fonte: OCDE (2018), base de dados *Education at a Glance* e base de dados de distribuição de renda da OCDE (IDD).

CAPÍTULO B

Acesso à educação, participação e progressão



JOVENS NA ESCOLA

No Brasil, o percentual da população que frequenta a escola, por idade, é de 85% entre os jovens de 16 anos; 74% entre os de 17 anos; 49% entre os de 18 anos; 42% entre os de 19 anos; e 35% entre os de 20 anos. Esses percentuais são baixos em comparação com os outros países, os quais apresentam, em sua maioria, percentuais superiores a 90% para a população de 16 e 17 anos. A média OCDE para a população de 18 anos é 76%; para a população de 19 anos, 64%; e, para a população de 20 anos, 56% (Gráfico 3).

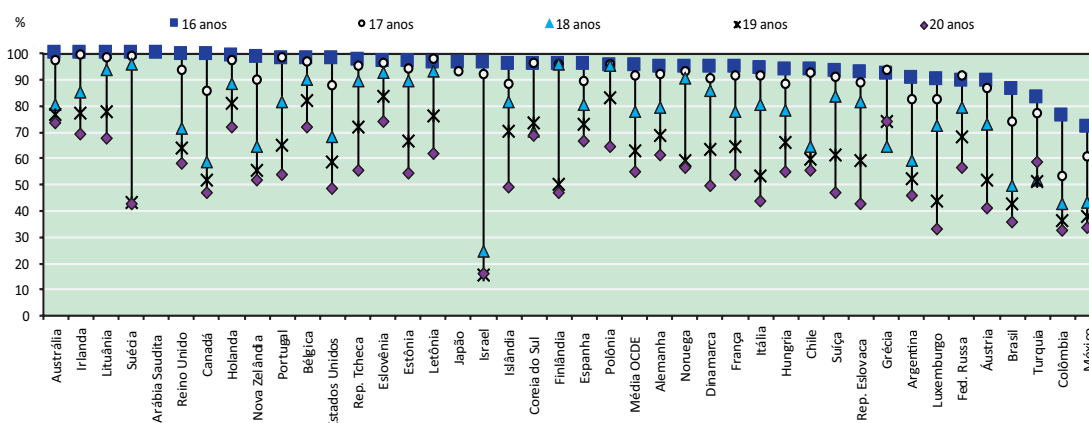


GRÁFICO 3 Percentual da população que frequenta a escola, por idade pontual (2016)

Nota: Os países estão ranqueados em ordem decrescente de taxa de matrícula da população de 16 anos.
Fonte: OCDE (2018), Tabela B1.2.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Juntamente com o Canadá e a Índia, o Brasil apresenta um dos percentuais mais baixos de matrículas do ensino médio vinculadas à formação profissional: menos de 10% das matrículas estão nessa modalidade de ensino, contra 44% em média entre os países da OCDE.

ESTUDANTES ACIMA DA IDADE RECOMENDADA

A OCDE define estudantes acima da idade recomendada como aqueles que estão pelo menos dois anos acima da idade teórica para cursar determinada série. No Brasil, enquadram-se no grupo acima da idade recomendada estudantes com idades a partir de 12 e 16 anos, para o 5º e o 9º anos do ensino fundamental, respectivamente. Entre os países com dados disponíveis, o Brasil é o terceiro que apresenta mais alunos nessa condição, são aproximadamente 15% dos alunos no último ano tanto dos anos iniciais quanto dos anos finais do ensino fundamental. A média OCDE é de 2% e 4% para os anos iniciais e finais do ensino fundamental, respectivamente.

PERFIL DO ALUNO DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E DO ENSINO MÉDIO

A idade média dos estudantes dos anos finais do ensino fundamental no Brasil é de 14 anos. Nessa etapa de ensino, 86% das matrículas são da rede pública. Ao chegar ao último ano dessa etapa, ou seja, 9º ano, 15% das matrículas são de estudantes acima da idade recomendada, sendo 38% dessas matrículas de alunos do sexo feminino *versus* 62% do sexo masculino.

O perfil do estudante do ensino médio é similar ao daquele dos anos finais do ensino fundamental; em média, eles têm 18 anos e o percentual de alunos na rede pública de ensino é o mesmo: 86%. Nessa etapa de ensino, 9% das matrículas são da educação profissional. O percentual de matrículas fora da idade recomendada é de 15% para o ensino médio regular e 28% para o ensino médio profissional.

GASTO COM A PRÉ-ESCOLA EM RELAÇÃO AO PIB

Em todos os países, o gasto com a pré-escola cresceu mais que o PIB. Em média, entre os países da OCDE, esse aumento foi de 0,1 pontos percentuais entre 2005 e 2015. No mesmo período, o aumento foi de pelo menos 0,3 pontos percentuais no Brasil (de 0,4% para 0,7%), no Chile (de 0,5% para 0,8%) e na Coreia (de 0,1% para 0,6%) (Gráfico 4).

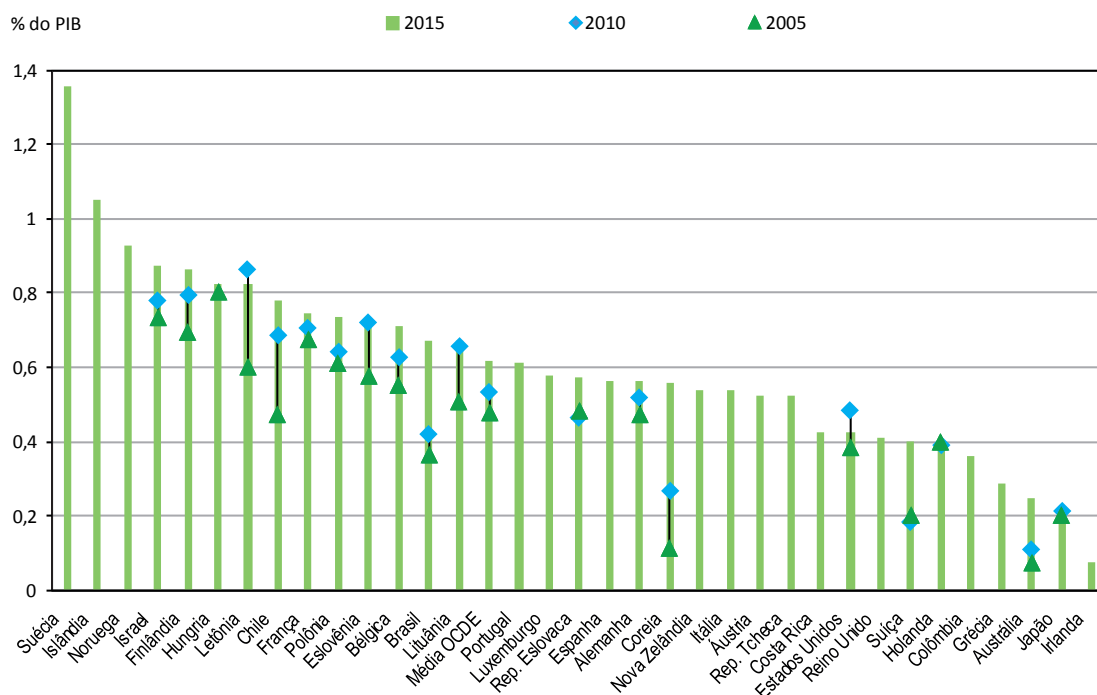


GRÁFICO 4 Gasto na pré-escola como percentual do PIB (2005, 2010 e 2015)
Instituições públicas e privadas

Nota: A comparação entre os gastos relativos dos países com a educação infantil também está em função da duração da pré-escola. Por exemplo, uma duração mais curta da etapa como resultado de uma transição precoce para os anos iniciais do ensino médio pode explicar por que alguns países têm gastos abaixo da média da OCDE. Os países estão ranqueados em ordem decrescente de gasto como percentual do PIB em 2015.

Fonte: OCDE (2018), Tabela B2.3a.

VARIAÇÃO NA RAZÃO ALUNO-EQUIPE ESCOLAR (PROFESSORES E AUXILIARES) ENTRE OS PAÍSES

Na educação infantil, um importante indicador para medir os recursos destinados a essa etapa de ensino é a razão aluno-professor. Em média, entre os países da OCDE, são 14 crianças para cada professor que trabalha na pré-escola. No entanto, é encontrada grande variação entre os países. O Brasil apresenta uma das maiores razões, são 21 crianças por professor, juntamente com outros países que apresentam razão maior do que 20, como África do Sul (30),

Chile (25), Colômbia (33), França (23) e México (25). No outro extremo, estão países como a Eslovênia e Islândia, que apresentam razão aluno-professor de 9 e 5, respectivamente.

Alguns países, como o Brasil, fazem uso extensivo de profissionais que assistem o professor nas suas tarefas diárias na pré-escola, os auxiliares. Ao considerar professores e auxiliares nesse indicador, o Brasil apresenta uma diminuição de 9 alunos por profissional, juntamente com Áustria, Chile, França, Lituânia e Noruega, para os quais essa diminuição é de pelo menos três alunos por profissional.

PERFIL DO CONCLUINTE DO ENSINO MÉDIO, POR MODALIDADE DE ENSINO

Mesmo com o aumento da proporção de concluintes na educação profissional em relação ao ensino regular no ensino médio, ainda é mais expressiva, na maioria dos países, a quantidade de concluintes na modalidade regular. Em média, entre os países da OCDE, 42% dos formados no ensino médio são concluintes da educação profissional. No Brasil, os concluintes da educação profissional representam apenas 8% dos concluintes do ensino médio. Juntamente com o Brasil, outros sete países apresentam um percentual abaixo de 25% de concluintes da educação profissional em relação ao ensino regular; são eles: Canadá (6%), Colômbia (24%), Coreia (18%), Costa Rica (21%), Grécia (24%), Hungria (24%), Japão (23%) e Lituânia (17%). Em contraste, Áustria (78%), República Tcheca (68%) e Eslováquia (67%) apresentam mais de 65% de concluintes que obtêm um diploma do ensino médio profissional.

PERFIL DO CONCLUINTE DO ENSINO MÉDIO, POR ÁREA DE ESTUDO

Para os países membros e parceiros da OCDE, em média, 34% dos concluintes do ensino médio profissional são da área de engenharia, indústria e construção. O percentual diminui para 19% na área de ciências empresariais, administração e direito; 17% em serviços; e 12% em saúde e bem-estar. No entanto, esse não é um padrão em todos os países. Em países como Brasil, Colômbia, Itália, Luxemburgo, Reino Unido e Suíça, a área mais comum para conclusão do ensino médio profissional é a de ciências empresariais, administração e direito. Na Dinamarca, Espanha e Holanda, a área mais comum é a de saúde e bem-estar e, na Nova Zelândia e em Portugal, é a área de serviços.

O percentual de mulheres que concluem o ensino médio profissional na área de engenharia, indústria e construção é de apenas 12% na média OCDE. Entre todos os países, esse percentual não ultrapassa os 20%, exceto para o Brasil, onde o percentual cresce para 32%, apresentando a menor disparidade entre gênero nessa área. Assim como para a maioria dos outros países, no Brasil, saúde e bem-estar constituem a área com o maior percentual de mulheres concluintes: são 77% de mulheres na média OCDE e 79% no Brasil.

TAXA DE CONCLUSÃO DO ENSINO MÉDIO ANTES DOS 25 ANOS

Em média, espera-se que 87% das pessoas de países da OCDE concluirão o ensino médio ao longo da vida e 81% antes dos 25 anos. Na maioria dos países, essa taxa de conclusão antes dos 25 anos ultrapassa os 80%. No entanto, para países da América Latina, como Brasil, Costa Rica e México, essa taxa é inferior a 60% (Gráfico 5).

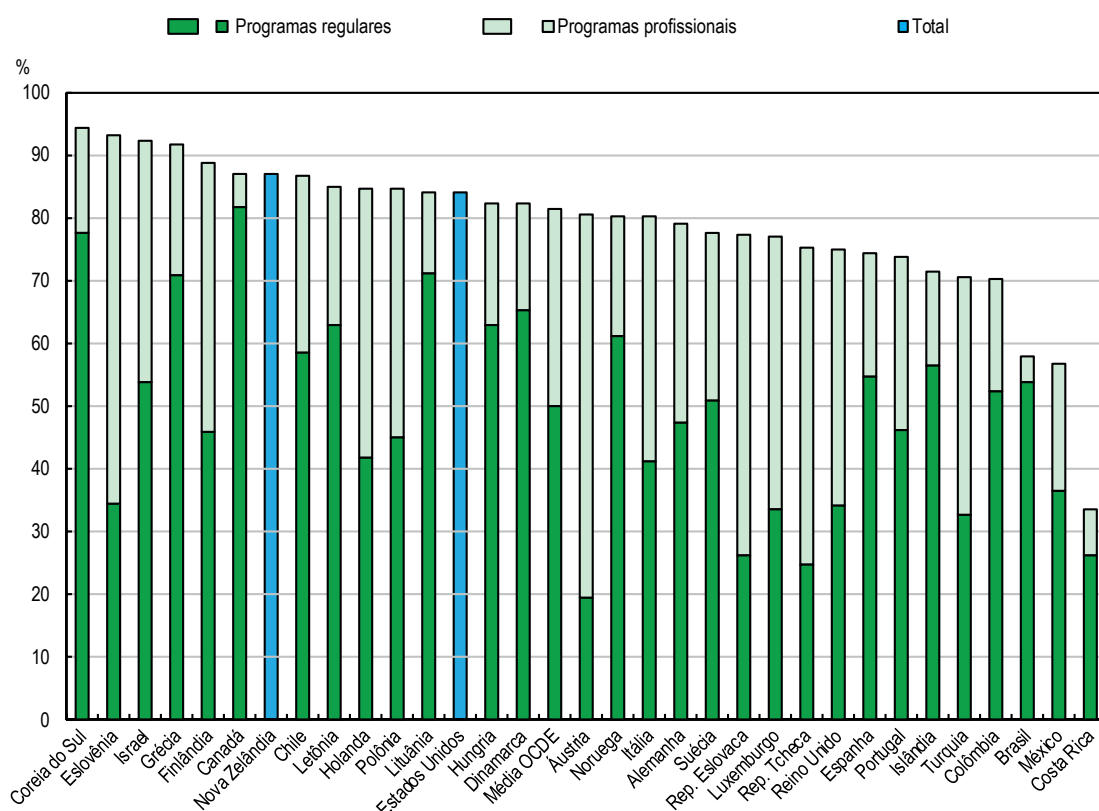


GRÁFICO 5 Taxas de conclusão do ensino médio para alunos abaixo dos 25 anos, por tipo de programa (2016)

Nota: Os países estão ranqueados em ordem decrescente de taxa de conclusão no ensino médio.
Fonte: OCDE/UIS/Eurostat (2018), base de dados *Education at a Glance*.



CAPÍTULO C

Recursos financeiros investidos na educação

GASTO POR ALUNO NAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS RELACIONADAS AO PIB *PER CAPITA*

A relação entre o PIB *per capita* e o gasto por aluno em instituições educacionais é complexa. Entretanto, é possível observar uma relação positiva entre esses dois aspectos na educação básica. Em outras palavras, países menos ricos tendem a gastar menos por aluno do que países mais ricos. No ensino superior, há mais variação entre os países. Os gastos por aluno das instituições de ensino superior no Brasil, na Eslováquia, nos Estados Unidos, no Reino Unido e na Suécia representam mais de 50% do PIB *per capita*. O alto percentual na Suécia, por exemplo, é explicado pela sua despesa extremamente elevada em pesquisa e desenvolvimento, que representa mais de metade do gasto total por aluno nesse nível.

MUDANÇAS NO GASTO PÚBLICO TOTAL EM EDUCAÇÃO COMO PERCENTUAL DO GASTO TOTAL DO GOVERNO (2005-2015)

O gasto entre os países membros e parceiros da OCDE permaneceu relativamente estável entre 2005 e 2015, em torno de 11%, considerando-se desde o ensino fundamental até o ensino superior. No entanto, ao longo desse período, nos países membros e parceiros da da OCDE e em mais de 70% dos países com dados disponíveis, houve uma diminuição, em média, de 0,5 pontos percentuais da parcela do gasto total do governo. A queda foi especialmente significativa (3,0 pontos percentuais) no México e na Eslovênia. Em contrapartida, foi possível verificar um aumento desses percentuais em países como Brasil, Chile e Israel, que experimentaram os maiores aumentos (pouco mais de 2,5 pontos percentuais).

DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS PARA A EDUCAÇÃO

Os governos regionais são a principal fonte e o principal ordenador de fundos educacionais em países como Alemanha, Austrália, Bélgica, Espanha, República Tcheca e Suíça. No Brasil e no Canadá, os governos regionais são a origem predominante de fundos, mas as autoridades locais são os principais utilizadores finais de recursos financeiros para a educação (Gráfico 6).

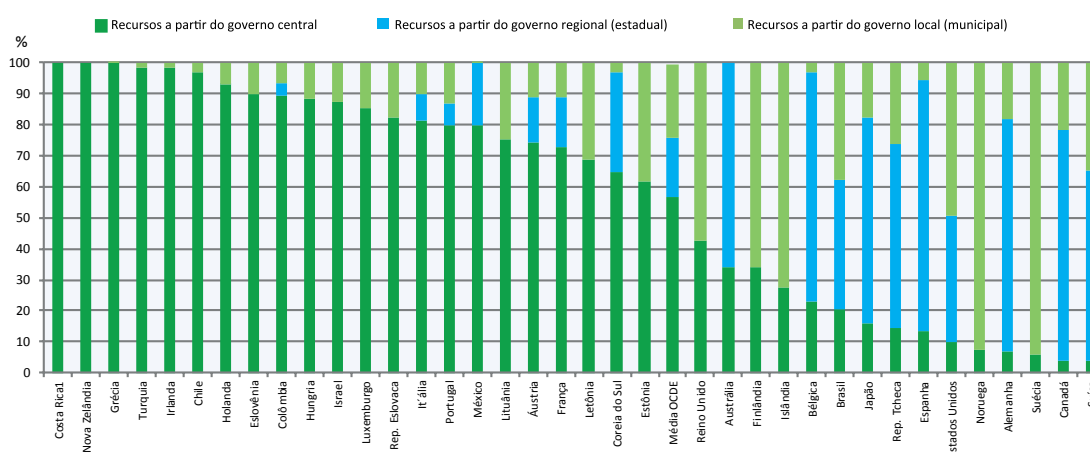


GRÁFICO 6 Distribuição dos recursos públicos para a educação, por esfera de governo após as transferências (2015)


Nota: Os países estão ranqueados em ordem decrescente de distribuição de recursos a partir do governo central

Fonte: OCDE/UIS/Eurostat (2018), Tabela C4.2

FONTES DE FINANCIAMENTO PÚBLICO* INVESTIDO EM EDUCAÇÃO

As esferas de governo responsáveis pelo financiamento da educação nos países variam entre os níveis educacionais. Normalmente, verifica-se internacionalmente que o financiamento público é mais centralizado no ensino superior do que nos outros níveis. Em 2015, nos países membros e parceiros da OCDE, em média, 56% dos fundos públicos para educação não superior vieram do governo central (antes das transferências para as outras esferas de governo), comparados a 86% dos fundos públicos destinados ao ensino superior.

* Empréstimos, financiamento estudantil e bolsas de estudo.



CAPÍTULO D

Professores, ambiente de aprendizagem e organização das escolas

TAMANHO MÉDIO DAS TURMAS NOS ANOS INICIAIS DO EF, POR TIPO DE INSTITUIÇÃO

Na maioria dos países membros e parceiros da OCDE, o tamanho médio das turmas não difere mais do que dois alunos quando se comparam os tipos de instituição de ensino fundamental (público e privado). No entanto, em alguns países (incluindo Brasil, Colômbia, Federação Russa, Letônia, Polônia e República Tcheca), o tamanho médio da turma em escolas públicas ultrapassa em cinco alunos as escolas privadas. À exceção do Brasil e da Colômbia, o setor privado nos países mencionados é relativamente pequeno. No entanto, há países onde essa relação entre público e privado é inversa. No Chile, na Coreia do Sul, na Espanha e na Grécia, as turmas de instituições privadas são maiores em cerca de quatro alunos de diferença, considerando-se as escolas públicas.

PROPORÇÃO DE ALUNOS POR PROFESSOR NOS SISTEMAS EDUCACIONAIS

Entre os países com dados disponíveis, o Brasil segue em destaque com a maior proporção de alunos por professor nos programas regulares de ensino médio (26 estudantes/professor) (Gráfico 7), com diferença de 13 estudantes por professor na média para os países

membros e parceiros da OCDE. Em relação aos programas profissionais, a proporção brasileira é de 13 estudantes/professor (Gráfico 7), compatível com a média observada nos países da OCDE. É um dado especialmente relevante porque há clara discrepância da oferta nos dois tipos de programa, ainda que dentro do mesmo país. Para os países sul-americanos, não há suficientes dados disponíveis, restando o Chile com a proporção de 22 estudantes/professor tanto no programa profissional, quanto no regular.

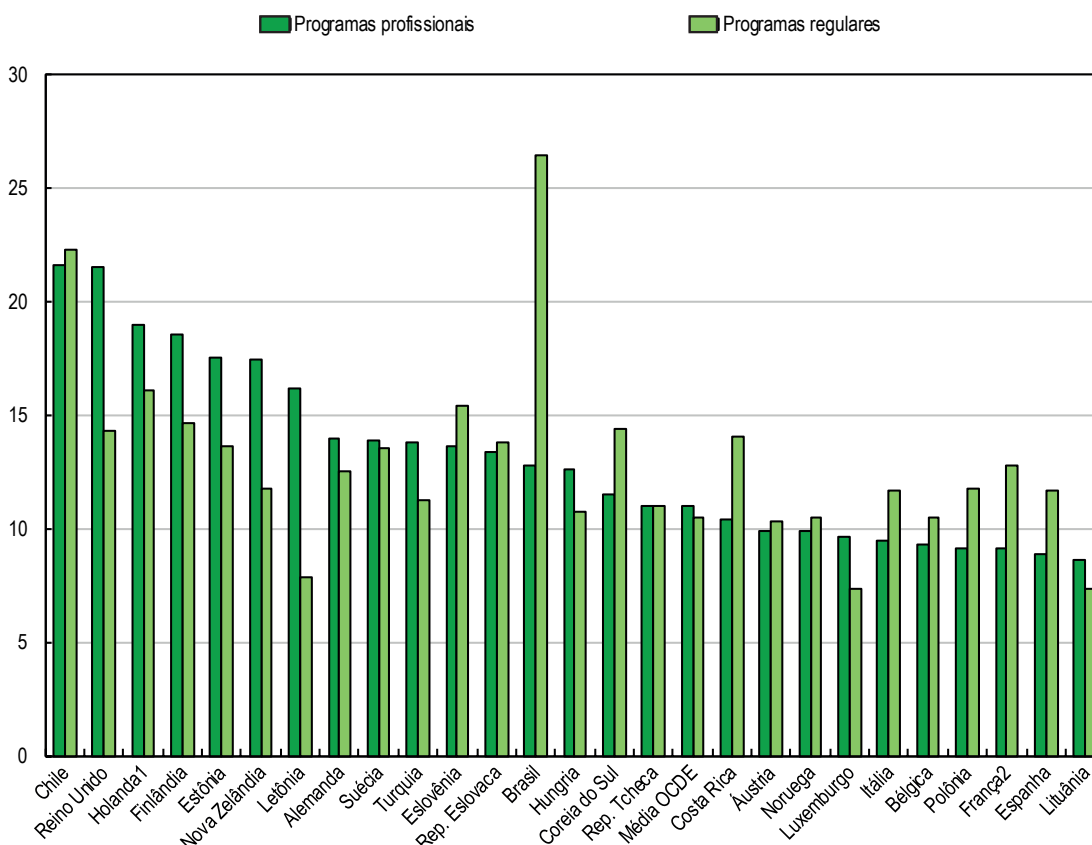


GRÁFICO 7 Proporção de alunos por equipe escolar (professor e auxiliares) no ensino médio, por tipo de programa (2016)

Notas: Os países estão ranqueados em ordem decrescente de proporção de alunos por equipe escolar em programas profissionais do ensino médio.

1. Somente instituições públicas.
2. Instituições públicas e privadas dependentes do governo somente.

Fonte: OCDE/UIS/Eurostat (2018), Tabela D2.2

No Brasil, é importante observar que a oferta dos dois tipos de programa é majoritária na rede pública (87,67% de todos os programas regulares e 69,71% de todos os programas profissionais). Essas evidências são especialmente relevantes para a implementação da reforma do Ensino Médio e para o debate sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) dessa etapa de ensino.

SALÁRIOS DE PROFESSORES E SUAS DESIGUALDADES EM NÍVEL SUBNACIONAL

Na Bélgica e Eslovênia, o salário de professores entre 25 e 64 anos varia em menos de 7% entre os níveis educacionais correspondentes à educação básica. Os salários variam de 10% para professores do ensino médio na Suécia (de USD 43.593 a USD 48.203) a 17% para professores dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio no Reino Unido (de USD 41.670 a USD 48.817). Já no Brasil e nos Estados Unidos, essas diferenças em nível subnacional são as maiores entre os países analisados. O maior salário é quase o dobro do menor salário nos Estados Unidos na educação básica (variando de USD 42.060 a USD 84.064 nos anos iniciais do ensino fundamental, de USD 41.641 a USD 81.567 nos anos finais do ensino fundamental e de USD 42.393 a USD 82.540 no ensino médio).

No Brasil, na unidade da Federação (UF) com o maior salário, este representa quase o triplo do salário das UFs que pagam menos aos professores do ensino fundamental e 5,6 vezes mais quando essa análise é levada para o ensino médio (OECD/NCES, 2018[3]).

Dentro de cada país, as diferenças entre os salários atuais são similares para os diferentes grupos etários para os quais os dados foram coletados (25-34 anos; 35-44 anos; 45-54 anos e 55-64 anos), mas, para Brasil e Suécia, é possível notar uma diferença ligeiramente maior. Esse fenômeno de iniquidade nos salários atuais em nível subnacional também é encontrado quando verificada a perspectiva de gêneros (OECD/NCES, 2018[3]).

TOMADA DE DECISÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

A OCDE propôs uma análise sobre tomada de decisão a partir de três critérios: a escola em que o aluno deveria estar matriculado; como os alunos são agrupados dentro da escola; e o tempo de instrução. Combinando esses três critérios, cerca de metade das decisões está no âmbito escolar, mas com grande variação no nível de autoridade responsável pelas decisões, tanto entre os países quanto dentro dos países.

As decisões são tomadas exclusivamente no nível da escola no Chile, na Holanda e na República Tcheca. Em outros países, as decisões são divididas entre os níveis central/estadual, local e escolar. A decisão sobre a escola em que as crianças deveriam estar matriculadas é tomada principalmente no nível local. Em quase todos os países, os pais também têm alguma escolha na escola de seus filhos. Somente no Brasil, na França, na Grécia, em Israel, na Noruega e na Suíça, essas decisões são tomadas por outros atores além dos pais (quando as crianças estão matriculadas em instituições públicas).



 CC BY-NC

VENDA PROIBIDA